

# Um Estudo Sobre a Destinação Legal dos Lucros Dentro de uma Empresa

Gilmar Luiz Fritzen

**Resumo:** o presente artigo apresenta um estudo sobre as destinações legais do lucro e onde ele pode ser investido. Percebeu-se que o lucro nem sempre está segregado no caixa ou em aplicações financeiras, normalmente ele é reinvestido em novos ativos, a passagem pelo caixa ou pela conta movimento é obrigatória apenas para a realização financeira, embora não signifique que o lucro deva estar disponível. O crescimento auto sustentado de uma empresa é aquele em que com a capacidade dos lucros a empresa mantém os índices de financiamento próprio da necessidade de capital de giro e de endividamento bancário em níveis satisfatórios.

**Palavra-Chave:** Lucro; Reservas; Caixa; Gestão Financeira.

## 1 Introdução

A geração de lucros em uma atividade empresarial é de fundamental importância como a garantia de sobrevivência da organização. Toda empresa busca crescer, se fortalecer e aumentar a sua riqueza. Para aumentar sua riqueza ela busca o máximo de eficiência possível, procura reduzir seus custos, que poderão ser revertidos para sua margem como preços menores alcançando uma fatia maior na participação do mercado, e através desse aumento ela consegue aumentar também o seu lucro. No entanto, lucro não significa dinheiro em caixa, é o resultado positivo das operações, ele é apurado pela contabilidade através da DRE - Demonstração do Resultado do Exercício. É regido pelo princípio da competência, ou seja, os lançamentos dos valores são feitos sempre na data de ocorrência de um determinado fato gerador, desconsiderando quando efetivamente os valores serão pagos ou recebidos no caixa (entradas e saídas). É o confronto direto entre as receitas com as despesas e os custos no mesmo período.

Neste contexto, uma empresa pode estar com lucro contábil e sem dinheiro no caixa, ela pode ter feito muitas compras com pouco prazo e muitas vendas com financiamentos longos aos seus clientes. Neste caso, o desembolso de dinheiro no caixa será bem antes das entradas de caixa e a empresa não terá capacidade de pagamento, ou seja, não terá liquidez. Esse desembolso e entradas de dinheiro na empresa são chamados de ciclo financeiro.

No mercado de hoje muitas atividades empresariais atingem baixos índices de lucro líquido devido a grande concorrência, pois com a tecnologia e globalização a disposição de clientes consumidores as empresas não tem apenas concorrentes locais ou regionais, mas sim mundiais, onde em muitos casos os clientes através de uma compra pela internet conseguem melhores preços com entrega de seu produto em local desejado sem custo adicional. Neste novo contexto que se forma, a margem de lucro está cada vez mais comprometida, desafiando os gestores a encontrar

novas formas, a traçar novas estratégias em conduzir suas empresas. Para tanto, o controle e o acesso as informações seguras e confiáveis que irão dar sustento a tomada de decisões corretas.

Tendo em vista a grande competitividade no mercado, hoje em dia é fundamental ao empresário que ele tenha o controle absoluto dos valores que entram e saem da empresa, bem como, a gestão desses valores. Pois às vezes não é a falta de recursos que afeta e sim a falta da gestão desses recursos que é comprometedora.

O presente trabalho caracteriza-se como um estudo de caso com análise quantitativa dos dados nas Demonstrações Contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Noroeste – SICOOB Noroeste SC, lastreado em pesquisa bibliográfica, utilizando-se de informações numéricas com base para análise.

### 1.1 Tema

Diante das interrogações feitas por muitos empresários ao receberem suas demonstrações contábeis em saber onde estão os lucros gerados por sua empresa, pretende-se estudar este assunto visando levantar formas de explicar como acontecem as mutações nas contas do patrimônio da empresa.

### 1.2 Problema

Qual o destino do lucro nas Empresas?

### 1.3 Objetivo Geral

Fazer um estudo nas contas patrimoniais buscando nas mais diversas formas identificar o destino dos lucros dentro da Empresa.

#### 1.3.1 Objetivos Específicos

- Apresentar as destinações legais dos lucros;
- Demonstrar as formas que o lucro pode ser investido na empresa;
- Qual a vantagem de investir o lucro na atividade;
- Quanto de lucro a empresa precisa gerar para ter um crescimento auto-sustentável;



e) Porque algumas empresas que geram lucro não conseguem honrar seus compromissos;

f) Fazer um estudo sobre as destinações dos lucros na Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Noroeste – SICOOB Noroeste SC.

## 2. A Gestão Financeira e o Caminho do Lucro na Empresa

No dia a dia de uma empresa ela compra, produz e vende, investe em clientes ou estoques, recebe crédito de fornecedores e de terceiros, o lucro ou o dinheiro do caixa também vai sendo usado para cobrir esses investimentos. Se o caixa for menor que o saldo desses investimentos, menos financiamentos ela precisará, então estará totalmente aplicada em clientes e estoques, se for maior, irá sucessivamente pagar empréstimos bancários de curto prazo, dividendos e aplicar em investimentos permanentes. Os empréstimos bancários a curto prazo destinam-se a cobrir o déficit operacional de caixa, já os de longo prazo são aplicados nos investimentos permanentes, clientes e estoques (MATARAZZO, 2008 p.387).

A gestão financeira é uma das tradicionais áreas funcionais da gestão encontrada em qualquer organização, é a qual cabem as análises, decisões e atuações relacionadas com os meios financeiros necessários à atividade da Empresa. Desta forma, a função financeira integra todas as tarefas ligadas ao controle dos recursos financeiros. Esta função integra: a determinação das necessidades de recursos financeiros; a obtenção de financiamento da forma mais vantajosa considerando os custos, prazos e condições contratuais, as condições fiscais, a estrutura financeira da empresa; a aplicação criteriosa dos recursos financeiros incluindo os excedentes de tesouraria e a análise da viabilidade econômico-financeira dos investimentos.

Por outro lado, a inexistência de uma adequada gestão financeira provoca uma série de problemas de análise, planejamento e controle financeiro das suas atividades operacionais, como: não ter as informações corretas sobre saldo do caixa, do valor em estoque das mercadorias, valor das contas a receber, valor das contas a pagar, volume das despesas fixas ou financeiras; não saber se a empresa está tendo lucro em suas atividades operacionais; não calcular corretamente o preço de venda de seus produtos, porque não conhecem os seus custos e despesas; não conhece corretamente o volume e a origem dos recebimentos, e dos pagamentos, porque não elaboram o fluxo de caixa; não sabe o valor patrimonial da empresa, porque não elaboram o balanço patrimonial; não sabe quanto os sócios retiram de pró-labore, porque não estabelecem um valor fixo para a remuneração dos sócios; não conhece corretamente o custo das mercadorias vendidas, porque não fazem um registro

adequado do estoque de mercadorias; não sabe corretamente o valor das despesas fixas da empresa, porque não faz separação das despesas pessoais dos sócios em relação às despesas da empresa; não sabe administrar corretamente o capital de giro da empresa, porque não conhece o ciclo financeiro de suas operações; não faz análise e planejamento financeiro da empresa, porque não tem um sistema de informações gerenciais, como fluxo de caixa, demonstrativo de resultados e balanço patrimonial.

A dinâmica patrimonial é a transformação positiva ou negativa que o patrimônio sofre por vendas, pagamentos de despesas e de custos. Logo, ao evidenciar o lucro, se faz necessário a elaboração de alguns demonstrativos contábeis.

### 2.1 Demonstrações

#### 2.1.1 DRE – Demonstração do Resultado do Exercício

A demonstração de resultado é a demonstração contábil destinada a evidenciar a composição do resultado formado num determinado período de operações da entidade. O objetivo fundamental dessa demonstração é apurar o resultado das operações das organizações (HOSS, CASAGRANDE, DAL VESCO E METZNER, 2006, p.155).

A DRE compreende as receitas, despesas e custos incorridos no período independente de seu pagamento. Ela retrata o fluxo econômico e não o fluxo monetário, não importa se uma receita ou despesa tem reflexo em dinheiro, basta apenas que afete o Patrimônio Líquido. Para tanto, lucro não significa dinheiro em caixa, é apenas o resultado positivo das operações. Ele é apurado pela contabilidade através da DRE, regido pelo princípio da competência, ou seja, os lançamentos dos valores são feitos sempre na data de ocorrência de um determinado fato gerador, desconsiderando quando efetivamente os valores serão pagos ou recebidos no caixa (entradas e saídas). É ainda, o confronto direto entre as receitas com as despesas e os custos no mesmo período.

#### 2.1.2 DMPL – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

A DMPL é muito útil, informativa e importante, pois fornece a movimentação ocorrida durante o exercício nas diversas contas que compõem o Patrimônio Líquido. Ela mostra com clareza o fluxo de uma conta para outra indicando a origem e o valor de cada acréscimo ou diminuição do PL durante o exercício. Caracteriza-se por evidenciar a formação e a utilização de todas as reservas; facilitar uma melhor compreensão das mutações, inclusive quanto ao cálculo dos dividendos obrigatórios, e ainda, colaborar quando da elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa.

Para Hoss, Casagrande, Dal Vesco e Metzner (2006, p.524-525) as informações da DMPL são relevantes para o acionista, através dela ele pode acompanhar a evolução e as destinações dadas a seu capital. Através dela é possível observar as origens das transformações ocorridas no Patrimônio Líquido, sendo demonstrados as alterações e os respectivos montantes. O Patrimônio Líquido é o elemento mais importante na análise patrimonial, suas transforma-

ções impactam diretamente na riqueza dos sócios. Para tanto, a análise da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido é útil para que os sócios saibam se estão mais ricos ou mais pobres, além de identificar as mutações ocorridas no seu patrimônio.

Segundo Marion (2002, p.371), a DMPL evidencia a movimentação de todas as contas do Patrimônio Líquido ocorrida durante o exercício. Assim, todo o acréscimo e diminuição do PL são evidenciados através desta demonstração, bem como, a formação e utilização das reservas, inclusive aquelas não originadas por lucros.

A DMPL apresenta as variações de todas as contas do Patrimônio Líquido ocorridas entre dois balanços, independente da origem da variação. De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade a Entidade que elaborar a DMPL poderá incluir a DLPA, ficando dispensada a sua elaboração em separado.

## 2.2 Lucro

O lucro é o retorno positivo de um investimento feito por um indivíduo ou uma pessoa nos negócios, é o valor que sobra das vendas menos todos os custos e despesas. Já o lucro líquido tem por objetivo remunerar o investimento feito na empresa, e se ele não for distribuído o valor do patrimônio líquido é aumentado. Lucro é a principal fonte de fortalecimento do PL, a constante obtenção de resultados positivos contribui para uma situação econômica mais sólida,

Para Hoss, Casagrande, Dal Vesco e Metzner (2006, p.47) de maneira geral, as empresas necessitam comprar e vender para que possam gerar recursos necessários para sua manutenção e geração de lucros. Quando acontece uma evolução no patrimônio líquido ela é causada pelo lucro gerado no período e está demonstrado na DRE - Demonstrativo do Resultado do Exercício. Neste caso, percebe-se que as receitas são maiores que as despesas e maiores que o custo dos produtos vendidos do período. O efeito contrário também pode ocorrer, nos casos em que as despesas e os custos forem maiores que as receitas, neste caso, ocorre o prejuízo, ocasionando uma redução no patrimônio líquido. Lucro é o resultado econômico positivo auferido pelas operações de compra e venda de mercadorias ou prestações de serviços a terceiros. Para obtenção do lucro é necessário que as receitas sejam maiores que os custos e despesas do período.

O caminho do lucro passa obrigatoriamente por uma gestão financeira eficiente. A utilização das sobras de capital deve ser feita de acordo com as necessidades identificadas para o empreendimento. Por exemplo, mais capital de giro, ou ativos fixos como máquinas, equipamentos, veículos, e também, em relação ao desenvolvimento de novos produtos, novas linhas de mercadorias. As estratégias de marketing não podem ser esquecidas. O lucro pode ser investido no empreendimento ou então ser distribuído aos sócios a título de remuneração do capital investido

Marion (2002, p.347) diz que o lucro nem sempre está segregado no caixa ou em aplicações financeiras da empresa, normalmente o lucro é reinvestido em novos ativos, portanto, a passagem pelo caixa ou pela conta movimento é

obrigatória para a realização financeira do lucro, embora não signifique que o lucro deva estar disponível. O que pode prejudicar a situação financeira de uma empresa é a distribuição de lucro não realizado financeiramente e ainda não contido em reservas.

Marion (2002, p.55) afirma também que o patrimônio líquido não só é acrescido com os novos aumentos de capital, mas também com os rendimentos resultantes do capital aplicado. O lucro resultante da atividade operacional da entidade pertence aos proprietários que investiram na empresa, o retorno é a remuneração do capital investido. Do lucro obtido pela atividade empresarial normalmente uma parte é distribuída para os donos do capital e outra parte reinvestida no negócio, ou seja, fica retida na empresa. A parte do lucro retido é adicionada ao patrimônio líquido e as aplicações dos proprietários vão crescendo.

## 2.3 Destinações do Lucro

Várias podem ser as formas de distribuição dos lucros. Neste contexto está inserido um conflito de interesses entre as partes envolvidas, esta característica exerce forte influência sobre a escolha das formas de avaliação dos itens patrimoniais, devem visar à garantia de um razoável nível de confiança na informação, principalmente a verificabilidade, a objetividade, a prudência e o conservadorismo. Pois é a partir da Legalidade e de critérios adotados pela companhia no seu Estatuto que acontece a apuração do resultado, e isto pode influenciar diretamente na administração da Empresa.

Marion (2002, p.138-139) afirma que o lucro retido na empresa pode ser utilizado de várias maneiras, como: aumento de capital social, destinação a algum fim específico, neste caso tratado como em forma de reserva legal, reserva para expansão e reserva estatutária. Já a parte do lucro não distribuída aos proprietários e não utilizada para aumento de capital, reservas e outros fins será acumulada em uma conta denominada lucros acumulados, que normalmente são denominados de lucros remanescentes ou sem fim específico.

## 2.4 Reservas

Para Hoss, Casagrande, Dal Vesco e Metzner (2006, p.361-363), as Reservas correspondem à diferença entre o Capital Social, Patrimônio Líquido e Lucros ou Prejuízos. Para tanto, reservas são entradas de valores de sócios ou de terceiros que não são receitas e nem aumento de capital, elas ainda não podem ser consideradas exigíveis, estão relacionadas com o Capital Social, com o Ativo no que tange reavaliações ou com lucro e sua destinação. Elas podem ser:

**a) Reservas de Capital:** são provenientes de ágio obtidos nas ações da empresa, de partes beneficiárias, emissão de debêntures, além de doações e as subvenções para investimentos. Devem refletir as contribuições feitas pelos acionistas diretamente à formação ou incremento do Capital Social. Podem ser utilizadas para absorver prejuízos, readquirir ações, partes beneficiárias, incorporação ao capital social e pagamento de dividendos para ações preferenciais;

**b) Reservas de Reavaliação:** são constituídas pelos aumentos de valor de bens e direitos do ativo em virtude de novas avaliações. Utilizadas quando os ativos das organizações não refletirem o seu valor real, podendo ser reavaliados a valor de mercado;

**c) Reservas de Lucros:** são extraídas do lucro líquido do exercício apurado pela empresa.

As Reservas de Lucros são destinações dos lucros das organizações, elas representam a conversão de parte do lucro líquido da companhia, a previsão legal está no artigo 182, 202 da Lei 6.404/76 e pela Lei 10.303/01. Classificam-se como Reservas de Lucros:

**a) Reserva Legal:** tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação, 5% serão transferidos para esta reserva até o limite de 20% do Capital Social, ou quando a critério da companhia, o saldo desta reserva somado ao saldo da conta Reservas de Capital atingir os 30% do Capital Social;

**b) Reserva Estatutária:** que estão previstas no estatuto das sociedades por ações, constando os limites de destinação. O Estatuto da Companhia pode criar reservas mediante a utilização de uma parcela do lucro líquido do exercício desde que indique a finalidade, critérios de destinação e limite máximo da reserva;

**c) Reservas para Contingências:** constituídas para as situações específicas;

**d) Reserva para Investimentos:** constituídas para atender a projeto de expansão ou investimentos, como aquisição de máquinas, equipamentos e barracões;

**e) Reserva de Lucros a Realizar:** o objetivo desta reserva é a evidenciação da parcela de lucro não realizada financeiramente. Foi criada para compatibilizar fluxos de caixa, possibilitando à companhia a postergar o pagamento de dividendos sobre lucros, que embora tenham sido reconhecidos contabilmente, mas ainda não estejam realizados. São lucros ainda não destinados.

Os Dividendos correspondem à parte do lucro líquido que é distribuída aos acionistas, conforme previsto no estatuto ou metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos valores da reserva legal, de reserva para contingência, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores e reserva de lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva.

## 2.5 Lucro Passível de Distribuição

Ao dar enfoque a distribuição de lucros, é importante salientar que a Empresa saiba dimensionar o montante do lucro que esta à disposição para a efetiva distribuição, mantendo sempre as condições existentes numa data específica. Nesta afirmação Szuster (1986:227), recorrendo a Hicks, citado por Martins (2001, p.137) assim o define:

Em termos da apuração do lucro como base para a distribuição de dividendos, um raciocínio é amplamente difundido: o desenvolvido por Hicks (...). Este afirma: 'A finalidade do cálculo do lucro, na prática dos negócios,

é dar às pessoas uma indicação da quantia que elas possam consumir sem se empobrecerem'. Para complementar esse raciocínio, define o lucro como o valor máximo que uma pessoa possa consumir durante uma semana esperando ainda estar tão bem (as well off) ao término desta, quanto o estava em seu início.

Para tanto, Szuster (1986:232), citado por Martins (2001, p.165) define o Lucro Passível de Distribuição da seguinte forma:

*um parâmetro que determina o valor máximo distribuível para que se mantenha o Capital em termos físicos. A sua obtenção deriva do confronto entre dois Patrimônios Líquidos avaliados a uma moeda de mesmo poder aquisitivo. Em relação ao valor do início do período é utilizada a equivalência entre o Patrimônio Líquido e o Ativo Líquido.*

De acordo com o autor, a Empresa deve distribuir apenas os lucros que não lhe irão fazer falta no período seguinte. A distribuição de dividendos é uma das formas de que a Organização dispõe para remunerar os recursos investidos pelos sócios. Portanto, isto implica diretamente no sacrifício de ativos, ou então, no aumento de exigibilidades. Para tanto, ela precisa construir modelos que mantenham a garantia da integridade dos investimentos efetuados pelos sócios e da capacidade operacional, bem como os conceitos de lucros correspondentes; modelos que tornem transparentes as políticas de autofinanciamento adotadas; que contribuam para a gestão integral e que provoquem reflexos sobre a necessidade de recursos para garantir o cumprimento de sua missão e continuidade. Em síntese, ela precisa manter capital suficiente para que não comprometa a sua atividade, e consiga continuar gerando lucros satisfatórios.

O retorno do capital próprio de uma empresa depende tanto da rentabilidade do negócio quanto da boa administração financeira (MATARAZZO 2008, p.397). A rentabilidade baseia-se em três índices: Retorno sobre o Ativo, Custo da Dívida e Retorno sobre o Patrimônio Líquido. Estes índices mostram a rentabilidade do negócio, o custo da dívida, bem como, o quanto a empresa tem utilizado de capitais de terceiros, e se ela consegue agregar valor no seu resultado buscando recursos de terceiros. Mas o índice mais importante é o retorno sobre o Patrimônio Líquido, ele demonstra o quanto o lucro gerado representa sobre o Patrimônio Líquido. A alavancagem financeira mostra o quanto à Empresa consegue gerar de lucro líquido a mais para cada aumento nos recursos de terceiros.

Para Matarazzo (2008, p.359), o crescimento auto sustentado da empresa é aquele em que com a capacidade dos lucros a empresa mantém os índices de financiamento próprio da necessidade de capital de giro e de endividamento bancário em níveis satisfatórios.

De acordo com o autor acima, a necessidade de capital de giro é a chave para a administração financeira de uma empresa, ela não é só um conceito fundamental para análise da empresa do ponto de vista financeiro, mas também de estratégias de financiamentos, de crescimento e de lucratividade. Logo, a empresa pode financiar sua necessidade de capital de giro de três formas, sendo: através do capital circulante próprio; de empréstimos e financiamentos

bancários a longo prazo; empréstimos e financiamentos de curto prazo e duplicatas descontadas.

## 2.6 Considerações

O lucro passa obrigatoriamente por uma gestão financeira eficiente, a utilização das sobras de capital deve ser feita de acordo com as necessidades identificadas para o empreendimento. Sendo assim, o patrimônio líquido não só é acrescido com os novos aumentos de capital, mas também com os rendimentos resultantes do capital aplicado. Do lucro gerado pela atividade normalmente parte é destinada às reservas e o excedente poderá ser distribuído, mas é necessário a manutenção da capacidade física da atividade econômica e da geração de caixa futura.

## 3 Estudo de Caso

O estudo de caso foi realizado com base nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2007 na Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Noroeste – SICOOB Noroeste SC, situado a Rua Coronel Bertaso, 1244 na cidade de São Lourenço do Oeste - SC.

### 3.1 Cooperativas de Crédito

Cooperativas de Crédito são instituições financeiras, constituídas como sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica própria, de natureza civil, sem fins lucrativos, com o objetivo de proporcionar crédito e prestar serviços aos seus associados. Regem-se pelo disposto nas Leis 4.595 de 31.12.1964, 5.764 de 16.12.1971 e 10.406 de 10.01.2002, nos atos normativos baixados pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil e pelo respectivo Estatuto Social (BACEN, 2006, P.7).

A área de atuação da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Noroeste – SICOOB Noroeste SC abrange os municípios de São Lourenço do Oeste, Campo Erê, Novo Horizonte, Jupia, Galvão, Formosa do Sul, Coronel Martins e São Bernardino, ambos Catarinenses, Vitorino e Renascença no Estado do Paraná. A Cooperativa possui atualmente 05 Unidades de Atendimento, sendo elas nos municípios de São Lourenço do Oeste (02), Campo Erê, Novo Horizonte e Jupia.

Conforme o Relatório da Administração, as demonstrações contábeis da Cooperativa são apresentadas de acordo com a legislação específica do sistema cooperativo, com observância das instruções do Banco Central do Brasil, previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, aplicados com uniformidade em relação ao mesmo período do exercício anterior, sendo destacadas em notas explicativas específicas as mudanças ocorridas.

O Capital Social está representado pela participação de 5.557 (cinco mil, quinhentos e cinquenta e sete) associados, atingindo o montante de R\$ 3.976.850,33 (três milhões, novecentos e setenta e seis mil, oitocentos e cinquenta reais e trinta e três centavos). E, de acordo com o que estabelece o Artigo 19 do Estatuto Social, o Conselho de Administração decidiu pelo pagamento de 0% (zero por

cento) de juros sobre o capital social médio integralizado até 31/12/2007.

### 3.2 Reservas

As reservas foram criadas para cobrir eventuais dificuldades sofridas pela Cooperativa de Crédito. De acordo com o Artigo 64 do Estatuto, as perdas do exercício serão cobertas com recursos provenientes do Fundo de Reserva Legal e se este for insuficiente, serão cobertos com recursos provenientes do Fundo de Estabilidade Financeira e se este for insuficiente, mediante sistema de rateio entre os associados, na razão direta dos serviços usufruídos.

Ao verificar as destinações das Sobras na Cooperativa, de acordo com o item 2.4 do embasamento teórico, identificam-se os seguintes Fundos de Reservas: Fundo de Reserva Legal; Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social e Fundo de Estabilidade Financeira, eles atendem ao descrito no Estatuto Social Artigo 58 e foram criados para fins específicos, conforme conceitos descritos abaixo:

**a)Fundo de Reserva Legal:** destina-se a reparar eventuais perdas e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa de Crédito, sem que haja transmissão de responsabilidades através do rateio das perdas. Destinou-se 20% das sobras antes de qualquer outra destinação;

**b)Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social - F.A.T.E.S:** destina-se à prestação de assistência aos dirigentes, associados e seus familiares, e aos empregados da Cooperativa de Crédito. Destinou-se 5% das sobras antes de qualquer outra destinação;

**c)Fundo de Estabilidade Financeira – FEF:** visa dar lastro a eventuais deficiências financeiras da Cooperativa de Crédito, sem que haja transmissão de responsabilidades através do rateio das perdas, ao mesmo tempo em que os valores possibilitarão com que haja crescimento dos níveis de alavancagem econômica, reduzindo o grau de endividamento e equilíbrio para ponderação dos ativos de riscos. Destinou-se 25% das sobras antes de qualquer outra destinação.

Ao analisar os Fundos de Reservas criadas pela Cooperativa, percebe-se que 50% das sobras apuradas do exercício são destinadas a algum Fundo de Reservas antes de qualquer outra dedução. Desta forma, aumentam o Patrimônio Líquido fortalecendo assim a Cooperativa e proporcionam mais recursos para sua atividade operacional, e, por outro lado, minimizam os riscos de ocorrer rateio de perdas entre os associados, caso a Cooperativa venha apresentar resultados negativos no decorrer de suas atividades futuras.

### 3.3 Apuração do Resultado

Em se tratando de Cooperativa de Crédito, o resultado a distribuir em termos técnicos e legais é apresentado como Sobras. Portanto, neste estudo, será abordado o termo “Sobras” em vez de “Lucros.”

O Resultado da Cooperativa de Crédito é apurado pela Demonstração de Sobras ou Perdas do Exercício. Esta demonstração é composta por Atos Cooperativos, que são

**DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS DO EXERCÍCIO**  
EM 31/12/2007

Instituição: **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS NOROESTE - SICOOB NOROESTE SC**  
Endereço: **Rua Coronel Bertaso, 1244 - São Lourenço do Oeste / SC**  
CNPJ: **81.292.278/0001-81**

Valores em Reais

CÓD.	DISCRIMINAÇÃO	RESULTADO COM		EXERCÍCIO	
		ATOS COOP.	ATOS NÃO COOP.	2007	2006
<b>10</b>	<b>INGRESSOS/RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>3.925.642,99</b>	<b>43.253,79</b>	<b>3.968.896,78</b>	<b>3.731.927,07</b>
711	Operações de Crédito	3.293.483,68	-	3.293.483,68	3.119.174,51
715	Resultado de Operações Com Títulos e Valores Mobiliário	632.159,31	43.253,79	675.413,10	612.752,56
<b>15</b>	<b>DISPÊNDIOS/DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(2.489.716,42)</b>	<b>(16.748,18)</b>	<b>(2.506.464,60)</b>	<b>(2.183.657,02)</b>
812	Operações de Captação no Mercado	(1.803.904,79)	(16.748,18)	(1.820.652,97)	(1.526.763,82)
814	Operações de Empréstimos e Repasse	(497.054,63)	-	(497.054,63)	(424.019,82)
820	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(188.757,00)	-	(188.757,00)	(232.873,38)
<b>20</b>	<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (10-15)</b>	<b>1.435.926,57</b>	<b>26.505,61</b>	<b>1.462.432,18</b>	<b>1.548.270,05</b>
<b>50</b>	<b>OUTROS INGRESSOS/RECEITAS E DISPÊNDIOS/DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(433.981,77)</b>	<b>15.671,51</b>	<b>(418.310,26)</b>	<b>(693.076,00)</b>
721	Ingressos/Receitas de Prestação de Serviços	158.814,04	101.892,29	260.706,33	370.138,66
722	Ingressos/Receitas de Tarifas Bancárias	47.570,66	-	47.570,66	-
823	Dispêndios/Despesas com Serviços Prestados - Tarifas Bancárias	(65.778,49)	-	(65.778,49)	-
822	Dispêndios/Despesas de Pessoal	(804.454,49)	(33.772,14)	(838.226,63)	(741.675,37)
824	Outros Dispêndios/Despesas Administrativa	(815.971,04)	(34.382,10)	(850.353,14)	(877.921,04)
826	Dispêndios/Despesas Tributárias	(12.456,94)	(10.852,41)	(23.309,35)	(21.201,86)
725	Outros Ingressos/Receitas Operacionais	1.243.474,80	560,01	1.244.034,81	703.635,02
832	Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	(185.180,31)	(7.774,14)	(192.954,45)	(126.051,41)
<b>60</b>	<b>RESULTADO OPERACIONAL (20 + 50)</b>	<b>1.001.944,80</b>	<b>42.177,12</b>	<b>1.044.121,92</b>	<b>855.194,05</b>
<b>65</b>	<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>-</b>	<b>(64.668,35)</b>	<b>(64.668,35)</b>	<b>7.408,25</b>
828	Receitas Alienação Bens e Direitos Ativo Permanente	-	10.978,20	10.978,20	46.069,70
829	Outras Receitas Não Operacionais	-	(75.646,55)	(75.646,55)	(38.661,45)
<b>75</b>	<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE SOBRAS / LUCRO E PARTICIPAÇÕES (60 + 65)</b>	<b>1.001.944,80</b>	<b>(22.491,23)</b>	<b>979.453,57</b>	<b>862.602,30</b>
<b>80</b>	<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(14.295,25)</b>
890	Provisão para Imposto de Renda	-	-	-	(8.797,08)
891	Provisão para Contribuição Social	-	-	-	(5.498,17)
<b>85</b>	<b>PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NA SOBRA (LUCRO)</b>	<b>(500.972,40)</b>	<b>22.491,23</b>	<b>(478.481,17)</b>	<b>(445.004,89)</b>
893	F.A.T.E.S.	(50.097,24)	-	(50.097,24)	(82.032,95)
894	Fundo de Reserva Legal	(200.388,96)	22.491,23	(177.897,73)	(161.320,86)
895	Fundo de Estabilidade Financeira	(250.486,20)	-	(250.486,20)	(201.651,08)
<b>90</b>	<b>SOBRAS LÍQUIDA DO EXERCÍCIO (75 - 80 - 85)</b>	<b>500.972,40</b>	<b>-</b>	<b>500.972,40</b>	<b>403.302,16</b>
	Absorção dos Dispêndios com Assistência Técnica Educativa e Social pelo FATES	39.996,87	-	39.996,87	43.618,94
	<b>À DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL</b>	<b>540.969,27</b>	<b>-</b>	<b>540.969,27</b>	<b>446.921,10</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

São Lourenço do Oeste / SC, 31 de Dezembro de 2007.

Artêmio José Flach

Gilmar Aristeu Bazzo

Fonte: Sicoob Noroeste SC (2007)

operações realizadas com Associados e Atos Não Cooperativos, operações de prestação de serviço realizadas com Não Associados. Os Ingressos e Dispêndios decorrentes do Ato Cooperativo e as receitas, custos, despesas originados do Ato Não-Cooperativo são apropriados mensalmente pelo regime de competência, em cumprimento a normas de contabilidade, ao COSIF 1.1.2.5.b e Circulares 3.020/00 e 2.682/96 do BACEN.

Os dispêndios incorridos com assistência técnica educacional e social durante o exercício de 2007 foram registrados em contas de resultados e absorvidos pelo saldo do fundo no encerramento do exercício em contrapartida da conta Sobras ou Perdas Acumulada à Disposição da Assembléia, no Patrimônio Líquido, o valor de R\$ 39.996,87 (trinta e nove mil novecentos e noventa e seis reais e oitenta

e sete centavos), que será submetida à deliberação da Assembléia Geral.

Atendendo ao estabelecido nos Artigo 58 do Estatuto Social, o resultado a distribuir teve reduções das reservas: Legal em 20%, FATES em 5% e FEF em 25%, ficando a disposição da Assembléia Geral Ordinária 50%, representando o valor de R\$ 500.972,40 (quinhentos mil novecentos e setenta e dois reais e quarenta centavos). Deste montante, conforme Ata NIRE 42400016006 da AGO realizada em 31/01/2008, foi aprovado a capitalização das sobras no montante de R\$ 500.972,40 ao Capital Social da Cooperativa.

A partir de agora, o estudo estará destacando a apuração do resultado passível de distribuição, bem como, as

mutações nas contas do Patrimônio Líquido da Cooperativa a partir das demonstrações contábeis.

Desta forma, a primeira demonstração apresentada é a DRE - Demonstração de Sobras ou Perdas do Exercício em 31/12/2007. Nesta demonstração o estudo estará voltado ao resultado gerado pela Cooperativa a partir do Resultado Antes da Tributação Sobre Sobras / Lucro e Participações, pois de acordo com os objetivos específicos do trabalho, pretende-se estudar a destinações das sobras apuradas.

Na DRE anterioré possível identificar as destinações das sobras geradas pela Cooperativa de acordo com o previsto no Artigo 58 do Estatuto Social, ou seja: FATES valor de R\$ 50.097,24, Reserva Legal R\$ 200.388,96, FEF R\$ 250.486,20 e ficando a disposição da Assembléia Geral Ordinária 50%, representando R\$ 500.972,40. No entanto, conforme descrito na destinação do FATES, absorveu-se o valor de R\$ 39.996,87 que também foi submetido à deliberação da Assembléia Geral.

Conforme visto no item 3.2 das Reservas, bem como na demonstração acima, o Estatuto Social determina que do montante das Sobras apuradas 50% destinam-se direta-

umento dos volumes da carteira de produtos e serviços, em menores custos financeiros, na oferta de novos produtos mais competitivos aos associados, entre outros. Logo, esse incremento de recursos no capital, bem como todo o Patrimônio da Cooperativa, deve ser gerido de forma coerente, objetivando a aplicação na melhor forma possível para auferir os melhores resultados para seus associados.

De acordo com a revisão bibliográfica realizada, é correto afirmar que as mutações do Patrimônio Líquido são identificadas através da elaboração da DMPL, pois ela abrange as contas do Patrimônio Líquido e evidencia a movimentação de todas as contas do Patrimônio durante o exercício social, inclusive a formação e a utilização das reservas não derivadas dos lucros. É de suma importância a utilização dela, pois indica a formação e a utilização das reservas, não apenas as originadas por lucros e servindo ainda de compreensão inclusive quanto ao cálculo dos dividendos obrigatórios.

A seguir, através da DMPL, é possível identificar todas as mutações das contas do Patrimônio Líquido relativo ao exercício 2007.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO**  
Período 31/12/2006 à 31/12/2007

Instituição: **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS NOROESTE - SICOOB NOROESTE SC**  
Endereço: **Rua Coronel Bertaso, 1244 - São Lourenço do Oeste / SC**  
CNPJ: **81.292.278/0001-81**

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE SOBRAS				SOBRAS OU PERDAS ACUMULADA	TOTAIS	
		FUNDO RESERVA LEGAL	EXPANSÃO	FUNDO ESTAB. FINANCEIRA	FATES		EXERCÍCIO CORRENTE	EXERCÍCIO ANTERIOR
<b>SALDOS EM 31/12/2006</b>	<b>3.076.963,27</b>	<b>531.628,55</b>	<b>6.753,60</b>	<b>429.573,95</b>	<b>113.906,13</b>	<b>446.921,10</b>	<b>4.491.840,47</b>	<b>3.650.562,06</b>
1 - Integralização de Capital	567.247,05						567.247,05	479.741,44
2 - Devolução de Capital	(111.445,47)						(111.445,47)	(139.486,85)
3 - Reversão de Reservas			(6.753,60)				(6.753,60)	(308.869,22)
4 - Destinações Autorizada AGO/2007		6.753,60					6.753,60	0,00
5 - Sobras do Exercício						979.453,57	979.453,57	848.307,05
6 - Destinações Estatutárias		200.388,96		250.486,20	50.097,24	(500.972,40)	(50.097,24)	(40.330,22)
7 - Result. Ato Não Coop. - Art. 66 do Estatuto Social		(22.491,23)				22.491,23	0,00	(41.702,73)
8 - Absorção dos Dispendios com Assistência Técnica Educacional e social pelo FATES					(39.996,87)	39.996,87	39.996,87	43.618,94
9 - Capitalização de Sobras	446.921,10					(446.921,10)	0,00	0,00
10 - Capitalização de Sobras - A Devolver	(2.835,62)						(2.835,62)	0,00
<b>SALDOS EM 31/12/2007</b>	<b>3.976.850,33</b>	<b>716.279,88</b>	<b>0,00</b>	<b>680.060,15</b>	<b>124.006,50</b>	<b>540.969,27</b>	<b>5.914.159,63</b>	<b>4.491.840,47</b>
<b>MUTAÇÕES DE PERÍODO</b>	<b>899.887,06</b>	<b>184.651,33</b>	<b>(6.753,60)</b>	<b>250.486,20</b>	<b>10.100,37</b>	<b>94.048,17</b>	<b>1.422.319,16</b>	<b>841.278,41</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

mente a Reservas antes de qualquer outra dedução, sendo que os outros 50% acrescidos de absorções ficarão a deliberação da Assembléia Geral podendo ser distribuídas entre os associados, bem como, ser integralizado ao capital social. A integralização de capital para a Cooperativa de Crédito é muito importante, pois ela fomenta o Patrimônio, isto não representa que o dinheiro deva ficar em caixa, mas sim, ele deve ser investido na atividade.

Sendo assim, a aplicação destes recursos pode ser encontrada em diversas formas, seja na liquidez, nas operações de crédito, em novos investimentos, no imobilizado, no

Fonte: Sicoob Noroeste SC (2007)

Conforme visto na DMPL, as destinações das sobras e mutações das contas do PL podem ser vistas de forma mais clara e de fácil entendimento. Para tanto, se faz necessário a utilização da DMPL, ela mostra todas as movimentações ocorridas nas contas do período, ou seja, tem uma demonstração das contas do PL analítica, podendo os gestores e associados identificar de forma segura onde estão sendo aplicados os resultados.

Através da DMPL é possível visualizar os saldos das contas do PL a partir de 31/12/2006. Na demonstração acima, visualiza-se as contas, bem como, as movimentações ocorridas. Portanto, extraem-se as seguintes informações:

- O capital realizado no valor de R\$ 3.076.963,27;

- A integralização de capital no montante de R\$ 567.247,05, que é efetuada pelos associados junto a Cooperativa;

- A devolução de capital no valor de (R\$ 111.445,47), são associados que se desligaram do quadro social, ou ainda, aos que se enquadraram na proposta de devolução do capital conforme estabelece o Artigo 21 do Estatuto Social;

- A capitalização das sobras do exercício 2006 no valor de R\$ 446.921,10;

- O saldo das sobras a devolver no valor de (R\$ 2.835,62), são rateios de sobras relativas a associados que pediram demissão do quadro social durante o período. Este saldo será transferido para uma conta do Passivo Circulante onde ficará pelo período de 5 anos, a partir de então, será destinado a Reserva Legal.

- A destinação do resultado de Ato Não Cooperativo no valor de (R\$ 22.491,23), conforme determina o Artigo 66 do Estatuto Social. Caso este resultado fosse positivo, de acordo com o Artigo 64 do Estatuto, seria destinado para o FATES.

Apartir dos saldos apresentados se obtém a formação do Capital Social de R\$ 3.976.850,33, perfazendo uma mutação, ou seja, um aumento no capital social de R\$ 899.887,06 no período.

Além destas mutações, identificam-se ainda as destinações das sobras apuradas para suas respectivas reservas, com exceção do saldo da reserva para expansão que foi extinta, houve uma reversão de reservas aprovada em AGO, onde foi transferido seu saldo para a reserva legal. Também identifica-se à absorção dos dispêndios com assistência técnica educacional e social pelo FATES equivalente a (R\$ 39.996,87), destinado à prestação de assistência aos dirigentes, empregados, associados e familiares da Cooperativa de Crédito. Diante das movimentações apresentadas, a composição do Patrimônio Líquido é formada da seguinte forma:

### Exemplificação

#### Por Contas:

(=) Capital Social (31/12/2006) +  
Integralizações + Capitalização de Sobras (-)  
Devolução de Capital (-) Sobras a Devolver (=)  
Capital Social em 31/12/2007.

#### Em Reais:

(=) R\$ 3.076.963,27 + R\$ 567.247,05 + R\$  
446.921,10 (-) (R\$ 111.445,47 + R\$ 2.835,62) (=)  
R\$ 3.976.850,33.

Apartir desta demonstração, ao somar as sobras apuradas R\$ 540.969,27 ao Capital Social, obtém-se a formação do Patrimônio Líquido no montante de R\$ 5.914.159,63.

Desta forma, o exemplo a seguir apresenta a composição do Patrimônio Líquido da Cooperativa com a composição das contas, e seus devidos saldos apurados em 31/12/2007.

<b>Patrimônio Líquido - 31/12/2007</b>		<b>R\$</b>	<b>5.914.159,63</b>
<i>Capital Social</i>		R\$	3.976.850,33
<i>De Domiciliados no País</i>		R\$	3.977.070,33
<i>(Capital a Realizar)</i>		R\$	(220,00)
<i>Reservas de Sobras</i>		R\$	1.396.340,03
<i>Sobras ou Perdas A Disposição da Assembléia</i>		R\$	540.969,27

Fonte: Sicoob Noroeste SC (2007)

O saldo da conta "Reservas de Sobras" é composto pela Reserva Legal e pelo Fundo de Estabilidade Financeira. Na seqüência, para exemplificação e melhor entendimento, apresenta-se a composição do Patrimônio Líquido após a capitalização das sobras conforme aprovação na AGO.

<b>Patrimônio Líquido - Após Capitalização</b>		<b>R\$</b>	<b>5.914.159,63</b>
<i>Capital Social</i>		R\$	4.517.819,60
<i>De Domiciliados no País</i>		R\$	3.977.070,33
<i>(Capital a Realizar)</i>		R\$	(220,00)
<i>Reservas de Sobras</i>		R\$	1.396.340,03
<i>Sobras ou Perdas A Disposição da Assembléia</i>		R\$	-

Fonte: Sicoob Noroeste SC (2007)

Sendo assim, percebe-se a mutação nas contas, o saldo da conta Sobras ou Perdas a Disposição da Assembléia recebeu um débito de R\$ 540.969,27, ficando com saldo zerado, em contrapartida feito um crédito na conta do Capital Social de mesmo valor. Desta forma ocorreu a capitalização das sobras ao capital social da Cooperativa, proporcionando um aumento de capital e implementando mais estes recursos a atividade operacional.

Baseado nas demonstrações apresentadas para estudo, o resultado gerado pela Cooperativa é bom comparado a outras Cooperativas do mesmo segmento, uma vez que ela não visa lucros, mas gera sobras, e tem por objetivo proporcionar crédito e prestar serviços aos seus associados.

## 4 Conclusão

Com base na pesquisa bibliográfica, este estudo visou proporcionar um entendimento mais amplo sobre as destinações dos lucros. Percebeu-se que existem Reservas Obrigatórias criadas por força de Lei e outras criadas por cada Companhia de acordo com sua necessidade e com fim específico. Para tanto, abordou-se a Reserva de Capital, Reserva de Reavaliação, Reserva de Lucros, Reserva Legal, Reserva Estatutária, Reserva para Contingência, Reserva para Investimentos e Reserva de Lucros a Realizar.

Percebeu-se também que o lucro pode estar aplicado em diversas contas patrimoniais, seja em reservas ou investido na atividade, ou ainda, distribuído aos dividendos detentores do capital. Diante do exposto, identificou-se a necessidade que as Empresas encontram em fazer uma gestão financeira correta, pois sem uma administração financeira o lucro praticamente não aparece, ele acaba sendo comprometido na maioria das vezes por má gestão de caixa. É importante que o empresário tenha controle absoluto dos valores que entram e saem da empresa, nem sempre é a falta de recursos que afeta, e sim a falta da gestão desses recursos que compromete a continuidade. As entradas e saídas de caixa sempre batem, mesmo que esta esteja inadimplente deixando de honrar seus compromissos. A mesma situação também é percebida em empresas com má administração, onde toma empréstimos de curto prazo para cobrir prejuízos, realiza investimentos sem retorno comprometendo os resultados. Sendo assim, encontram-se muitas empresas com lucratividade e sem capital de giro, onde os custos financeiros corrompem a margem de lucro e não conseguem maximizar o patrimônio.

O crescimento auto sustentado da empresa é aquele em que com a capacidade dos lucros a empresa mantém os índices de financiamento próprio da necessidade de capital de giro e de endividamento bancário em níveis satisfatórios. O lucro nem sempre está segregado no caixa ou em aplicações financeiras, normalmente é reinvestido em novos ativos. Portanto, a passagem pelo caixa ou pela conta movimento é obrigatória apenas para a realização financeira, embora não signifique que deva estar disponível. O que pode prejudicar a situação financeira de uma empresa é a distribuição de lucro não realizado financeiramente e ainda não contido em reservas, é preciso estar atento a manutenção do capital físico, para que a empresa não passe por dificuldades no período seguinte, impulsionado por uma má distribuição de lucros.

Conforme proposto, o estudo de caso foi aplicado na Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Noroeste - SICOOB Noroeste SC, e após análise dos dados, verificou-se que as destinações das sobras atendem ao descrito no Artigo 58 do Estatuto Social, bem como, a legislação específica do sistema cooperativo. Dos 50% das Sobras, acrescido ao valor absorvido dos dispêndios incorridos com assistência técnica educacional e social que ficaram a deliberação da Assembléia Geral Ordinária, conforme aprovação em AGO, mediante rateio entre os associados enquadrados de acordo com o Estatuto Social e o Regimento Interno, foram integralizados os valores proporcionais de cotas a cada associado, ou seja, ocorreu a capitalização

das sobras na Cooperativa, proporcionando um aumento no Patrimônio Líquido.

## Referências

- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Cooperativas de Crédito**. Brasília: BCB: 2006
- HOSS, Osni; CASAGRANDE, Luiz Fernando; DAL VESCO, Delci Grapegia; METZNER, Claudio. **Conhecimento e Aplicação Contábil**. Cascavel: Editora DRHS, 1ª Ed, 2006
- MARION, Jose Carlos. **Contabilidade Empresarial**. São Paulo: Editora Atlas, 9ª Ed, 2002
- MARTINS, Eliseu. **Avaliação de Empresas**. São Paulo: Editora Atlas, 2001
- MATARAZZO, Dante C. **Análise Financeira de Balanços**. 6ª Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008
- PORTAL DA CLASSE CONTÁBIL. **O Lucro e o Dinheiro no Caixa**. Disponível em: [http://www.classecontabil.com.br/servlet\\_art.php?id=1556&query](http://www.classecontabil.com.br/servlet_art.php?id=1556&query) Acessado em 26/07/2008

### Sobre o autor

**Gilmar Luiz Fritzen**  
Especialista em Gestão Contábil e Financeira  
fritzen@sicoobsl.com.br

